

TÍTULO DO TRABALHO			
FORMAÇÃO NACIONAL E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Thiago Marques Mandarino	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Categoria constituinte do capitalismo, o mercado de força de trabalho não guarda as mesmas características em todos os países. No caso brasileiro, tal correlação de forças pende bastante desigualmente para o capital, permitindo a superexploração da força de trabalho. O objetivo deste artigo é analisar a superexploração da força de trabalho no Brasil como decorrência de seu passado colonial/escravocrata e do processo de formação nacional - contingenciado em vários aspectos pelos interesses estrangeiros - que tornam a dupla articulação (dependência externa e desigualdade interna) elementos funcionais e necessários à reprodução do nosso capitalismo, dependente. Assim, as precárias condições de vida da classe trabalhadora e o peso do setor agrícola deixam de ser tratados como "anomalias" ou problemas passíveis de superação nos marcos do capitalismo, mas passam a ser vistos como inerentes à particularidade do regime de classes e do capitalismo aqui objetivado, cumprindo os anseios das burguesias brasileiras e internacionais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Formação Nacional; Dependência; Superexploração.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Constituent category of capitalism, the labour market doesn't keep the same characteristics in all countries. In the Brazilian case, such correlation of forces leans quite unevenly to the capital, allowing the overexploitation of the workforce. The purpose of this article is to analyze the overexploitation of the workforce in Brazil as a result of its colonial/slave past and the process of national formation - influenced in many ways by foreign interests - that make the double joint (external dependency and internal inequality) functional elements for the reproduction of our capitalism, dependent. Thus, the precarious living conditions of the working class and the weight of the agricultural sector are no longer treated as "anomalies" or problems surmountable in marks of capitalism, but are seen as inherent to the particularity of the classes scheme and of capitalism here objectified, fulfilling the desires of Brazilian and international bourgeoisie.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
National Formation; Dependence; Overexploitation.			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

FORMAÇÃO NACIONAL E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Thiago Marques Mandarino¹

1) Introdução

A Revolução Industrial marca a consolidação do modo de produção capitalista e suas categorias fundantes, seu caráter expansivo e ao mesmo tempo concentrador, centralizador e contraditório. Dentre os elementos que caracterizam esse modo de produção, destaca-se a existência do que se convencionou chamar mercado de trabalho livre, isto é, uma forma particular de apropriação do trabalho alheio, historicamente determinada, e fundamentalmente distinta de formas pretéritas, como a escravidão e a servidão².

O desvelamento da apropriação do trabalho alheio como um traço constituinte do modo de produção capitalista, em contraposição à economia vulgar – bastante presa à esfera da circulação – coube essencialmente à Marx.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, de força de trabalho, são determinados apenas por sua livre vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral (MARX, 1984, Livro I, V. I, p. 145).

Isso porque no modo de produção capitalista, o processo de trabalho³ ganha contornos específicos, e transforma-se em processo de valorização. Diferentemente da circulação simples de mercadorias, em que o dinheiro aparece como meio para troca de equivalentes, sem alterações no montante do valor, na produção mercantil capitalista o dinheiro aparece como fim em si mesmo. E

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP, mestre em História Econômica pela UNESP, Graduado em Ciências Econômicas pela UNESP e professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFVJM. E-mail: thiago.mandarino@gmail.com

² Essa idéia está presente em várias passagens do texto de Marx (1991) e Wood (2001).

³ Interação do homem com a natureza a fim de produzir valores de uso. Ou, processo mediante o qual o homem, através de meios de trabalho transforma o objeto de trabalho, conforme pretendido desde o princípio. Por isso, comum a todas as formações sociais (MARX, 1984. Livro I, V. I, cap. V).

para que essa lógica ganhe qualquer racionalidade, há a necessidade de que se obtenha mais valor, expresso em dinheiro, ao final do processo D-M-D'.⁴

Como troca de equivalentes e mudanças na distribuição de valores são incapazes de explicar seu aumento,⁵ Marx busca no processo de produção as bases da constante valorização do capital. E identifica neste uma mercadoria “especial”, cuja particularidade reside na capacidade de não apenas conservar/transferir, mas também criar valor, para além do necessário à sua reprodução durante uma jornada: a força de trabalho.

É exatamente por isso, por essa especificidade, que o capitalismo se constitui numa forma distinta de expropriação do trabalho alheio. Em “Formações” Marx demonstra que nos modos anteriores também havia a exploração do trabalho alheio, possibilitado pela posse da terra ou pela (não) participação em uma determinada comunidade, por exemplo. Todavia, nesses modos, havia uma relação mais próxima entre essa exploração do trabalho alheio e a escassez de recursos derivada do pequeno avanço das forças produtivas. Além disso, a expropriação do produto do trabalho de terceiros se dava de maneira direta, seja pelo uso da força ou pela coação dos costumes.

Nesse sentido, é preciso apreender que a venda da força de trabalho não é fruto da expansão quantitativa das relações comerciais,⁶ mas algo próprio a um modo de produção específico, historicamente constituído, de forma não linear (como faz querer crer a economia política clássica e as concepções iluministas do progresso).

No entanto, os relatos históricos de como esse sistema passou a existir têm-no tratado tipicamente como a realização natural de tendências que sempre estiveram presentes. Desde que os historiadores começaram a explicar o surgimento do capitalismo, quase não houve explicação que não começasse por presumir a própria coisa que precisava ser explicada. Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho (WOOD, 2001, p. 13).⁷

Portanto, o modo de produção capitalista não é fruto de evolução linear e teleológica da história que permite o desaparecimento da exploração do homem pelo homem. Mas sim aquele em que torna tal exploração exacerbada sob nova forma, o que só foi possível pela transformação da

4 Marx (1984, Livro I, V. I, cap. IV); Netto & Brás (2006, cap. 3).

5 Daí Marx (1984, Livro I, V. I, p. 134-6) exclui o capital comercial e o capital usurário como organizadores da sociedade capitalista moderna, apresentando-os antes como formas antediluvianas.

6 Weber (2006).

7 Cabe destacar que a origem do capitalismo é palco de divergências inclusive no bojo do marxismo, com destaque para o debate entre Dobb (1987) e Sweezy (1977) ocorrido na década de 1950. Mais sobre o assunto pode ser visto em Mariutti (2004) e Santiago (1975;1999).

força de trabalho em mercadoria e a coação à sua venda por parte dos possuidores, num primeiro momento.

No Capítulo XXIV do Livro I de “O Capital” (1984) Marx demonstra de maneira bastante clara como se dá o processo de expropriação dos trabalhadores e de coerção dos mesmos à venda da força de trabalho. Em outras palavras, Marx demonstra a não naturalidade, mas a violência da Acumulação Primitiva (Originária) de Capital como requisito necessário à criação das pré-condições do capitalismo. Nesse sentido, fica clara a razão do temor à obra do mesmo, pois a propriedade privada dos meios de produção (naturalizada pela Economia Política) deixa de ser vista como merecido fruto do trabalho individual do capitalista ou de seus antepassados⁸, e passa a ser realisticamente encarada como violento e deliberado processo histórico de concentração dos meios de produção em poucas mãos em detrimento da expropriação de milhares.

O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria à qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1984, Livro I, V. II, p. 262).

A produção mercantil capitalista coloca em cena, portanto, dois sujeitos: o capitalista – proprietário dos meios de produção e subsistência – e o proletário – que não possui nada além de sua capacidade de trabalho. Ao apropriar-se da força de trabalho enquanto mercadoria, o capitalista apropria-se da capacidade que esta mercadoria tem de gerar mais valores que os necessários à sua reprodução, mesmo sendo paga de acordo com a lei do valor.

O valor da força de trabalho, como o de toda mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto, também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho

8 “Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham pra vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar (...).” (MARX, 1984, Livro I, V II, p. 261).

só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele (...). As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race* de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias (MARX, 1984, Livro I, V. I, p. 141-2).

A produção capitalista apresenta dois fenômenos particulares: o trabalhador efetua sua atividade sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; o produto do trabalho é propriedade do capitalista, e não do produtor direto. O processo de consumo da mercadoria força de trabalho é, portanto, processo de produção de mercadorias e de mais-valia, *locus*⁹ da exploração no modo de produção vigente.

A taxa de mais-valia, ou a relação existente entre o tempo de trabalho excedente e o necessário, expressa, portanto, o grau exato de exploração da classe trabalhadora. Isto é, o mais-valor produzido e apropriado pelo capitalista, como “direito” pela propriedade privada dos meios de produção e subsistência. E pior, de forma imperceptível por parte dos detentores da força de trabalho, haja vista a inexistência de uma divisão clara e perceptível entre tempo de trabalho necessário e excedente, bem como, a ausência de mecanismos extra-econômicos de extorsão como padrão. O contrato de trabalho, o desprovisionamento dos meios de produção e o salário pago pela jornada dão a impressão de que se remunera todo o trabalho exercido pelo produtor direto, obscurecendo a extorsão de trabalho excedente e a própria exploração.

Se é o trabalho excedente que interessa ao capitalista, uma forma de ampliá-lo é via extensão da jornada de trabalho não remunerada. A isso Marx denomina mais-valia absoluta,¹⁰ método bastante comum nos primórdios do capitalismo, momento em que o avanço das forças produtivas se dava de forma mais lenta. A mais-valia absoluta, ou extensão da jornada não remunerada de trabalho mediante manutenção do tempo do trabalho necessário, esbarra em dois limites, contudo: um de natureza fisiológica, que diz respeito à redução da vida útil do trabalhador e põe em risco a reprodução da mercadoria força de trabalho; outro de natureza política, fruto da luta de classes e da resistência operária contra o aumento da jornada, levando à limitação legal de seu tempo.

9 “O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ele gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nele: mais trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtos direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado” (MARX, 1984, Livro I, V. I, p. 176-7).

10 Nas seções IV, V e VI do livro I d’O Capital Marx aprofunda sua análise sobre mais-valia.

Por isso, outra forma de extração de mais-valia é, mantendo-se a mesma base técnica, aumentar a intensidade do trabalho.¹¹ Isto é, utilizando-se de mecanismos de controle de tempo e movimentos o capitalista pode fazer com que o trabalhador produza, num mesmo espaço e de tempo e com a mesma base técnica, muito mais mercadorias.¹²

Contudo, conforme os limites físicos e políticos reduzem as possibilidades de extração de mais-valia absoluta, o capitalista encontra no encurtamento do tempo de trabalho necessário a maneira mais eficaz de ampliação do tempo do trabalho excedente, com a manutenção do mesmo tempo de jornada de trabalho. À redução da parte relativa ao trabalho necessário Marx denomina mais-valia relativa.¹³ O que não se dá mediante violação da lei do valor, mas pelo avanço das forças produtivas.

Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los. Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo *quantum* de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não se determina apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do pez, do fio etc. O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho. Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era (MARX, 1984, Livro I, V. I, p. 251).

A despeito de não excludentes as duas formas de extração de mais-valia, com a organização operária e o incremento das forças produtivas há uma tendência de predominância da mais-valia relativa. Enquanto a mais-valia absoluta implica em pauperização absoluta da classe trabalhadora, a exploração via mais-valia relativa implica em pauperização relativa, por isso podendo ocorrer mesmo com incremento dos itens que compõem a cesta de reprodução da mercadoria força de trabalho.

A mais-valia extraída do processo produtivo é destinada não apenas para a remuneração dos fatores produtivos, inclusive da mercadoria força de trabalho que fornece adiantadamente seu valor de uso, mas tem uma parte retransformada em capital, o que viabiliza um processo de acumulação

11 Sobre aumento da intensidade de trabalho como meio de extração de mais-valia ver Salama (2005), Netto & Braz (2006, p. 108-9). Isso porque o aumento da intensidade de trabalho sem alterações técnicas é vista por estes como extração de mais-valia absoluta. Contudo, conforme se generaliza e cresce a intensidade média do trabalho, ou aumenta a produtividade do trabalho social, esta se transforma em mais-valia relativa.

12 Sobre o controle de tempos e movimentos, ou a gerência científica do trabalho ver Braverman (1981) e Moraes Neto (1989).

13 “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança na proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1984, Livro I, V. I, p. 251).

em escala ampliada. Assim, a lei de produção capitalista redundando na relação entre capital, acumulação e taxa de salário. É, portanto, a relação entre trabalho não pago transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Nada mais que a relação entre trabalho pago e não pago.

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa. ; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e, em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização dos lucros são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de novos recursos técnicos. (...). Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital (WOOD, 2001, p. 12)

Apesar de constituir-se o processo acima exposto como uma lei geral, não se pode afirmar que ela se objetiva de maneira idêntica nos mais distintos espaços geográficos. Ainda que a exploração da classe trabalhadora seja condição *sine qua non* da reprodução ampliada do capital, a forma em que ela ocorre (relação entre as formas absoluta e relativa de extração de mais-valia) se distingue, a depender da dinâmica da luta de classes em cada país. Por mais que a pauperização relativa da classe trabalhadora constitua algo inerente à expansão capitalista, seus níveis determinam condições muito desiguais de existência, a depender de para onde se olhe.

E a periferia do sistema capitalista, dentro da qual se inclui o Brasil, estruturou-se exatamente como esse espaço de objetivação mais perversa do capitalismo, sua forma dependente e subdesenvolvida. Neste, a exploração se dá em níveis mais acentuados (superexploração), com recurso mais constante à forma absoluta de extração de mais-valia; a pauperização é generalizada; o EIR de reserva mais amplo e, portanto, as condições de (sub) existência da classe trabalhadora mais miseráveis. Ou, os componentes progressistas e civilizatórios do capitalismo encontram-se barrados/limitados na periferia, ao passo que se vê crescer as contradições e os elementos desumanos dessa sociabilidade.

Ou seja, no Brasil hodierno repousam elementos concernentes ao seu passado colonial e escravocrata, às contingências impostas pelos interesses estrangeiros e ao regime de classes aqui constituído que tornam a superexploração da força de trabalho e as condições miseráveis de vida da classe trabalhadora o seu padrão normal de existência. O processo de formação nacional é, nesse contexto, sedimentação funcional de uma estrutura heterocrônica que dá à dupla articulação – dependência externa e segregação social – o papel principal na peça de reprodução do capitalismo

dependente. Alguns apontamentos sobre isso, com base na análise de Florestan Fernandes, é o que se pretende nesse artigo.

2) Formação Nacional e Superexploração

Florestan Fernandes escapa do idealismo daqueles que vislumbram no Brasil e em outros países de passado colonial uma repetição histórica dos países europeus de capitalismo originário. Ele apreende a especificidade da formação do Brasil e seus problemas. Assim, para Florestan é na dualidade, na desproporcionalidade da relação capital/trabalho, na superexploração da força de trabalho e na depredação do meio ambiente que reside à autonomia relativa da burguesia brasileira no circuito global de acumulação.

Ainda que não sob a forma de uma categoria, ou melhor, ainda que não desenvolva detalhadamente quais os mecanismos de extração de mais-valia pela superexploração, em texto de 1968¹⁴ Florestan já aponta a existência de métodos arcaicos ou até antideluvianos de exploração da força de trabalho como inerentes e funcionais à reprodução do capitalismo dependente. Cabe realçar que Florestan, ao discutir o capitalismo dependente¹⁵, não está preocupado com o desenvolvimento de uma teoria da dependência, mas sim, em apreender um modo específico de reprodução e desenvolvimento capitalista. Uma forma de acumulação em que burguesias locais e as de países hegemônicos repartem desigualmente entre si os frutos da superexploração da força de trabalho na periferia, em detrimento da pauperização e opressão dos trabalhadores.

Isso porque para Florestan, a despeito da reprodução do capitalismo dependente responder a contingências que o estimulam de fora para dentro, só é compreensível se reconhecido que tal reprodução também se dá de dentro para fora, através dos homens, das classes sociais.

(...) ao trabalhar no interior da teoria do desenvolvimento capitalista, Florestan dirige sua atenção para o sistema de classes sociais que dinamizam esse desenvolvimento. Deste modo, não pensa a dependência propriamente entre nações, porque para ele o Estado-Nação, embora seja uma instância importante na análise, nela não aparece como agente histórico. Segundo Florestan, a história é obra dos homens. Afirma que “é falsa a idéia de que a história se faz, que ela se determina automaticamente. A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e

14 Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, que foi publicado originalmente em 1968.

15 “(...) Trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases do seu desenvolvimento. Neste sentido, este conceito é ao mesmo tempo estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado 'sistema de produção', para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte deste 'sistema' num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Florestan não formula uma 'teoria da dependência'. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista“ (LIMOEIRO, 1997, p. 02).

mundial.” (RRBB, 62, grifado no original) Na sociedade de classes, os homens fazem a história nas condições concretas que encontram e aí o seu agir é um agir de classe. De acordo com Florestan, a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve “ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica”. (SCS, 27-28). Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. As teorizações de Florestan, sobre o capitalismo dependente, nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas. Ao contrário, as classes e suas relações desempenham papel central na sua teoria (LIMOEIRO, 1997, p. 02).

Florestan Fernandes é um autor que nega a visão da história como destino manifesto e tenta apreender a especificidade da formação do Brasil e seus problemas. Entende-se aqui por formação a gênese de uma sociedade nacional, que engendra autonomia e maior democracia que em períodos pretéritos e que, no caso brasileiro, consolidou-o como um capitalismo dependente (SAMPAIO JR, 1999a, p. 131).

Isso porque a revolução burguesa brasileira (atrasada) não consegue conciliar capitalismo, democracia e soberania. Diferentemente da revolução burguesa clássica (modelo Francês) e da atípica (Alemanha, por exemplo), a revolução atrasada (século XX) se dá pela associação da burguesia com o imperialismo e contra as classes subalternas. Dessa maneira, apresenta baixo conteúdo de nacionalismo e de democracia. Universaliza-se a ordem social competitiva e consolida-se a internalização das forças produtivas tipicamente capitalistas em todo território nacional, mas o contexto externo e interno sob o qual se desenrola, faz com que a revolução burguesa atrasada (a reboque de uma burguesia articulada com o imperialismo) restrinja a conciliação entre transformações capitalistas e integração nacional.

Em outras palavras, é a revolução burguesa atrasada que ao consolidar o Brasil como um capitalismo dependente exacerbando os laços de dependência, acirra a desigualdade social e mantém a aliança estratégica da burguesia com o imperialismo (SAMPAIO JR, 1999b, p.427-36). A acumulação de capital torna-se, aqui, um fim em si mesmo, garantido pelo forte controle do circuito político pela burguesia (FERNANDES, 1989). Por isso, discutir a formação, no sentido já apontado, ainda se constitui em tarefa de extrema importância, bem como, as possibilidades de que a mesma possa realmente ocorrer nos marcos do modo de produção capitalista para a periferia.

Isto porque ao capitalismo não é intrínseco um único padrão de desenvolvimento. No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista é compatível com a dominação imperialista externa, com a exclusão, dinamismos débeis e falta de industrialização autônoma. Ou seja, dependência e subdesenvolvimento não foram simplesmente impostos de fora, mas fazem parte de uma estratégia

específica de desenvolvimento (FERNANDES, 1976, p. 222-223). Compreender esse processo permite pensar o Brasil na contemporaneidade. E para tanto, é necessário atentar para a constituição do modo de produção capitalista, sua expansão inerente e, primordialmente, a particularidade da mesma no caso brasileiro.

2.2) O Brasil colônia e o processo de (In) dependência

Ao período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise estrutural irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), Florestan dá o nome de fase de eclosão do mercado capitalista moderno. Segundo o autor, essa seria a primeira fase no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira, à qual se seguiria a fase de fomação e expansão do capitalismo competitivo (meados do século XIX até anos 50 do século XX) e a fase de irrupção do capitalismo monopolista (que se consolida com “revolução de 1964”). É nessa primeira fase que se encontra, portanto, a Independência do Brasil, a constituição de um Estado nacional, a internalização do fluxo de renda e os fundamentos necessários para a fase posterior.

Assim, com a Independência, nação e Estado tornam-se meios de burocratização da dominação patrimonialista e sua transformação em estatal. Mescla-se domínio e nação. Configura-se uma situação nacional que contrasta com a colonial anterior: os segmentos de expressão histórica identificam seus interesses com riqueza, independência e prosperidade da Nação.

Todavia, o resultado dos processos de Independência dos vários países das Américas não é dado de forma igualitária, pois a maneira como é absorvido o liberalismo e a constituição dos Estados nacionais se dão diversamente. No caso brasileiro, o resultado foi a monarquia constitucional, um Estado nacional que burocratizou a dominação senhorial no nível político e a convivência entre o “velho” e o “novo”, pois mesmo o “senhor rural” tendo passado a agir como agente econômico independente e os móveis capitalistas tendo ganhado maior respaldo, a preservação das velhas estruturas coloniais ainda dava fundamento à geração de excedentes. Todavia, tornava-se possível agora identificar os mecanismos centrais da vida econômica com interesses internos, isto é, “configura-se uma *situação nacional* que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a *situação colonial* anterior.” (FERNANDES, 2006, p. 80).

Tais transformações influenciaram bastante a vida econômica do país após a Independência. Primeiramente, ao liberar e dinamizar o que antes era bastante sufocado pelo estatuto colonial e já

fôra mencionado anteriormente: os móveis capitalistas do comportamento econômico (o que expandiu o comércio, as importações e a produção artesanal e manufatura internas). Em segundo lugar, essa nova organização da economia interna como economia de mercado aumentou o número de consumidores, seus padrões de exigência e, conseqüentemente, uma intensificação da especialização econômica (incluiu assim a economia de subsistência no mercado interno e contribuiu para uma maior integração econômica regional). Finalmente, o comércio vai cada vez mais se tornando um pólo dinâmico das atividades econômicas, ainda que em segundo plano com relação à grande lavoura.

As poucas mudanças imediatas ocorridas logo após a Independência na estrutura econômica e social não impede Florestan Fernandes de perceber o revolucionamento político que significou tal fato, bem como, a alteração na relação de dependência que se transfere para a Inglaterra, sobre novas bases.¹⁶

Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento 'legal', na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenche uma função especializada, de natureza heteronômica (FERNANDES, 1972, p.14).

Essa nova dimensão nas relações econômicas e a internalização do fluxo de renda, decorrente de um Estado nacional independente, levam à emergência gradual da política econômica como meio dos estamentos senhoriais adaptarem-se às transformações da ordem interna e das estruturas do poder externas. Isto é, a relação entre economia e Estado se converte em instrumento de dominação estamental no plano econômico (FERNANDES, 2006, p. 230). E aqui está a anatomia das frações da burguesia brasileira: o ventre mercantil com sua identidade pragmática e

16 "Todavia, alteração dos laços de dependência colonial e a substituição do pólo hegemônico dos mesmos produziram efeitos imediatos e remotos de profundo alcance. Desde que desapareceria a forma legal de expropriação colonial, os negócios de exportação e de importação tinham de ser organizados segundo critérios econômicos vigentes no mercado mundial e a partir de dentro. Esse fenômeno se precipita anteriormente, com a transferência da Corte portuguesa, a abertura dos portos e a subsequente elevação do Brasil a reino (acontecimentos ocorridos entre 1808 e 1815). Mas ele sempre seria neutralizado, enquanto operasse a 'dominação portuguesa'. Só a emancipação política e a criação de um Estado nacional independente (datas de referência: de 7/9/1822 a 12/8/1834) fariam com que o fenômeno adquirisse plena vitalidade. O controle colonial e puramente econômico tinha de basear-se na existência, no funcionamento regular e no crescimento progressivo de instituições econômicas novas. Por essa razão a Independência, malgrado seu significado ambíguo no plano econômico, inaugura a Idade Moderna no Brasil. Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao capitalismo comercial são absorvidas ex abrupto, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico novo e moderno, montado e dirigido, diretamente ou à distância, por interesses e organizações estrangeiras [...]. A partir da ruptura com o antigo sistema colonial, o País poderia firmar-se e evoluir sobre os seus próprios pés". (FERNANDES, 1972, p.11).

oportunista, bem como, as instituições inerentes ao terreno político estabelecido os alicerces para seu domínio, com a utilização do Estado para fins particulares.

Portanto, o fim do estatuto colonial, mesmo revitalizando a grande lavoura como pólo dinâmico da economia interna e os padrões coloniais de organização da produção, vincularam-os estrutural e dinamicamente às tendências de diferenciação e crescimento da economia interna. Ainda assim, manteve-se o privilegiamento das camadas senhoriais, que passara da dominação patrimonialista para a estamental com a burocratização do Estado. Mas para Florestan isso era um “imperativo histórico”, uma vez que a economia do país não possibilitava alterações estruturais súbitas e que se incorreria em regressão econômica fatal caso se voltasse contra as pressões externas.

É por vislumbrar tantas transformações que Florestan carrega de importância o momento histórico da Independência do Brasil, vendo-o como uma revolução social. E é vendo as características qualitativas dessas transformações que ele chama de transição neocolonial à primeira etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil (emergência e expansão do mercado capitalista moderno).

2.3) Expansão do capitalismo competitivo e contrarrevolução

Apesar de não afetar a estrutura das plantações, a autonomização política e a burocratização da dominação tiveram efeitos sobre os processos sociais de acumulação estamental de capital. Isso porque o elemento competitivo contribuiu para mudar a mentalidade de uma parcela mais ativa dos senhores rurais e, portanto, a assumirem papéis de “capitalistas” e “proprietários”. Ademais, esse incipente processo de acumulação estamental de capital impactou sobre o desenvolvimento interno do capitalismo, mesmo tendo o mesmo se cristalizado e resistido inclusive à desagregação do trabalho escravo e da ordem social patrimonialista. Em outras palavras, eternizou-se um processo pré-capitalista de acumulação de capital (FERNANDES, 1976, p.230-232).

(...) O que aconteceu dentro da colônia e no rebento tardio, quem vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial? Essa pergunta é importante, quando se tem em vista os países da América Latina e, entre eles, o Brasil em particular. As economias exportadoras de “gêneros coloniais ou de produtos tropicais” não só nasceram profundamente especializadas: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma especialização colonial propriamente dita. Daí temos um paradoxo: a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinamismos coloniais, que não poderiam ser destruídos sem criar impossibilidades quer para a

eclosão modernizadora, quer para a expansão inicial de um mercado especificamente moderno e do capitalismo comercial que ele implicava, quer para a consolidação de uma economia urbano-comercial capitalista nas cidades e sua irradiação para o campo. As pressões para manter formas de produção e estruturas coloniais vinham, pois, simultaneamente, “a partir de dentro” (dos grupos dominantes na economia e na sociedade) e “a partir de fora” (da expansão dos países industriais e dos dinamismos do mercado mundial) (FERNANDES, 1976, p. 122-123).

Por isso é que Florestan não vê na esfera econômica, e sim na sociocultural o grande salto na evolução do capitalismo no Brasil, uma vez que boa parte do crescimento econômico e do desenvolvimento urbano originou-se da autonomização política e as alterações que a mesma impôs nas relações de dependência econômica.

Ocorre que o Brasil já nasceu no capitalismo, mas não ainda propriamente capitalista: “nas sociedades nacionais” dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica”. (Fernandes, 2006, p.179) Ora, se nesse processo de introdução do capitalismo, por um lado, pode-se reconhecer o burguês como categoria e agente social e histórico, por outro, cabe questionar se se pode aplicar a ele a rubrica de revolução burguesa. Por outras palavras, em que medida cabe falar de revolução burguesa nas sociedades que foram engendradas pelo processo de colonização iniciado pela expansão econômica européia nos séculos XV e XVI? Para Fernandes, não se trata de afirmar que a história das sociedades nessas condições seja a mera repetição da história européia: significa, na verdade, reconhecer que a revolução burguesa é um fenômeno estrutural que se pode reproduzir – guardadas as idiossincrasias locais e nacionais – para a desagregação da ordem colonial e escravocrata. Nesse sentido, referir-se à revolução burguesa no Brasil é interrogar-se sobre os agentes humanos que se ligam à universalização do trabalho assalariado, à expansão da sociedade de classes e à construção de uma economia de mercado em bases capitalistas. A “[...] Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.” (Fernandes, 2006, p.239) Ela é, assim, no Brasil, um processo longo e difícil para transplantar a “ordem social competitiva” para um país colonial, para reunir o arcaico ao moderno, as determinações externas às práticas internas: em uma palavra, pode-se afirmar que o capitalismo dependente é a maneira pela qual a revolução burguesa concretiza-se no Brasil (CARMINATI, 2009, p. 04).

Assim evidencia-se, primeiramente, que o período compreendido entre a crise das relações escravocratas e meados dos anos 50 do século XX – emergência e expansão do capitalismo competitivo - é também o período da *sui generis* Revolução Burguesa no Brasil. Em segundo plano, saltam aos olhos as conexões existentes entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em outras palavras, traços do passado colonial e escravocrata (profunda desigualdade interna, dependência externa, parco conteúdo nacionalista e democrático, desigualdades raciais) não só persistem, como se tornam funcionais à expansão do capitalismo brasileiro, transformando a heteronomia e a superexploração em elemento primordial de nossa estrutura.

Se esse passado transforma a burguesia brasileira em uma justaposição de frações ligadas à lógica comercial, com utilização do Estado como *locus* privilegiado para a manutenção de seus privilégios, também constitui elemento essencial na compreensão da classe trabalhadora brasileira e o regime de classes que se institui. Melhor dizendo, à revolução burguesa *sui generis* corresponde também a constituição de um mercado de força de trabalho específico, cujos elementos de ojeriza ao trabalho e à classe trabalhadora repousam, em grande medida, nos estigmas relacionados à escravidão.

Em seu trabalho de pesquisa sobre a situação dos negros na sociedade brasileira vista a partir de São Paulo, Florestan nota que os mesmos foram expostos a um mundo social organizado para uma classe dominante branca. Todavia ele não ficou inerte a esse mundo, já que “[...] as portas do mundo dos brancos não são intransponíveis. Para atravessá-las, porém, os negros e os mulatos passam por um abrasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento” (FERNANDES, 1972, p. 16).

Quanto à abolição, Florestan Fernandes (1972, p. 28-42) diz que esta não beneficiou o negro e o mulato submersos na economia de subsistência, e sim foi um processo espoliativo do ponto de vista da situação de interesse dos negros. Estes homens que tinham vivido um estado de extrema dependência social durante a escravidão, viraram “párias” da cidade, o grosso da população dependente pós 1888.

Cabe destacar que o processo de abolição da escravatura, de forma lenta e gradual, conduzido em grande medida pelo setor mais dinâmico do período em análise – os cafeicultores paulistas – permitiu que o mercado de força de trabalho se organizasse com grande aporte de europeus trazidos para ocupar principalmente os postos dos setores urbanos em expansão e parcela significativa das atividades agrícolas. Assim, a abolição da escravatura e a reorganização das relações de trabalho com base na venda da força de trabalho, se desenvolvem “inflando” a disponibilidade da mercadoria força de trabalho, isto é, com um amplo Exército Industrial de Reserva e superpopulação relativa. Somado aos estigmas em relação ao ato de trabalhar, mormente os trabalhos mais pesados, explicita-se a profunda desigualdade (com destaque para os negros) que desde lá já demarcava a estruturação do capitalismo brasileiro.

Segundo o autor, “Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os 'brancos' a uma política de amparo ao negro e ao mulato”. Além disso, os imigrantes se tornaram grandes provedores de “mão-de-obra”, desalojando os negros tanto do meio rural quanto urbano. Portanto, para Fernandes (1972, p. 66) “a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção”, cabendo aos ex-escravos voltarem a sua região de origem,

trabalhar para outro senhor no meio rural, conglomerar-se em favelas ou fugir para pequenas cidades, sem esperanças em relação ao futuro, já que a abolição havia apenas reorganizado a supremacia branca.

A assimetria no regime de classes tem profunda influência sobre a formação dos atores sociais. No que diz respeito especificamente ao processo de formação da classe operária, a análise de Florestan enfatiza basicamente dois aspectos, ambos decorrentes da incapacidade de o desenvolvimento dependente absorver a superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho. De um lado, o desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho retarda o aparecimento de uma base sindical forte e combativa, o que solapa a capacidade de os trabalhadores defenderem seus interesses econômicos. De outro, a existência de um grande contingente populacional “dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações sociais”, transforma o assalariamento em meio de integração econômica e classificação social altamente desejado (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 166).

Com a expansão do mercado interno há a tendência do crescimento econômico autosustentado, mas sem romper com “todos os liames ou entraves que nasciam de um entrosamento congenialmente heteronômico ao mercado externo de capitais e ao sistema internacional de poder.” (FERNANDES 2006, p. 102-106). Portanto, a autonomização política não foi seguida da autonomização econômica. É por isso que no Brasil o surgimento do capitalismo não se dá com o sepultamento da velha estrutura colonial, mas sim se desenvolve um paralelismo orgânico e estrutural entre os setores velho e novo.

A autonomização política só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma *conditio sine qua non* para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo. Daí resultou uma debilidade inelutável, que se refletiu de modo imediato na situação econômica dos estamentos senhoriais em suas relações com o exterior. As alíquotas que, na antiga forma de apropriação colonial, cabiam à Coroa e a seus agentes ou prepostos foram parcialmente reabsorvidas pelo capital estrangeiro, que passou a operar de dentro do país, acompanhando a internalização das fases de comercialização dos “produtos tropicais”, então incorporados aos sistemas de exportação (FERNANDES, 2006, p.107).

A emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, é marcada pela reorganização do trabalho urbano e por pressões dinâmicas do mercado mundial que impunham uma nova transição. O nível de produtividade do café, o esquema comercial de exportações e importações e os interesses de nações industrializadas em intervir na reorganização institucional de um país continental como o Brasil, permitiram ao país flexibilidade para a expansão do capitalismo competitivo internamente (FERNANDES, 1976, p. 232-233).

Entre o último quartel do século XIX e a Primeira Guerra Mundial o mercado nacional transfigura-se por completo, capaz de operar cada vez mais como agente de intensificação da vida

econômica e de impulsionar a produção manufatureira e a industrialização, além de engendrar uma formação societária fundada nas relações competitivas e tornar-se fonte legítima de classificação social. Mesmo diante dessa expansão, contudo, a economia nacional redefine e fortalece os laços de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado (FERNANDES, 1976, p. 138-140).

Isso porque na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos via empresas e interesses privados, internamente se ignorava as consequências desses controles. Surto de crescimento faziam parecer possível conciliar interesses internos e externos. No fim desse segundo período de evolução do desenvolvimento, o capitalismo nacional continuava a ser muito pouco brasileiro.

Nesse momento, as influências externas atingem, pela incorporação direta de algumas fases e processos básicos do crescimento econômico e desenvolvimento sócio-cultural, todas as esferas da economia. Isto é, a dominação externa torna-se imperialista, faz surgir e consolidar-se uma burguesia complacente e o capitalismo dependente surge como realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1973, p. 16-18).

Dessa forma, a industrialização e o desenvolvimento capitalista nesse segundo momento no Brasil davam-se pela adaptação e absorção positiva das pressões impostas pelas economias hegemônicas, levando à associação com interesses e firmas estrangeiras e reduzindo os mecanismos internos de autocontrole e defesa. Não à toa, as partes essenciais da economia nacional competitiva transformaram-se em nichos estratégicos das empresas e dos interesses dos países centrais, com vantagens em relação às empresas estatais e às poucas grandes nacionais privadas. Portanto, não resolve o problema da dupla articulação esse padrão de desenvolvimento para que continue servindo a interesses estranhos à Nação.

Nesse ponto ganha destaque a análise de Florestan Fernandes. Sem abrir mão da relevância que os impulsos externos e os interesses estrangeiros possuem sobre o capitalismo dependente¹⁷, ele percebe que esta é uma situação estrutural mas também histórica, que no caso brasileiro se constitui a partir da desagregação da ordem colonial e escravocrata, bem como, da correspondente formação nacional e constituição da ordem social competitiva e de classes.

17 “Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1981, p. 36).

Sendo bastante sucinto e, portanto, assumindo riscos de simplificação, é possível dizer que a formação nacional e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro repousam, em meio à desarticulação do antigo sistema colonial e da escravidão, nos seguintes elementos: uma burguesia bastante ligada ao racionalismo mercantil, ávida pela manutenção de privilégios e subordinada aos interesses estrangeiros; um Estado estruturado como espaço de manutenção e ampliação dos privilégios dessa burguesia; uma classe trabalhadora bastante “desconexa” e com dificuldade de articular-se como classe em si e para si, carregando em muito os estigmas da escravidão e sobrepajada pela existência de uma ampla superpopulação relativa e Exército Industrial de Reserva; uma relação de classes que trava/barras o acesso do trabalho às benesses oriundas dos aumentos de produtividade e nega a luta de classes como espaço legítimo de reivindicações; uma economia com relações de dependência em relação ao exterior e, portanto, um meio interno bastante suscetível a crises e reversões neocoloniais.

Não de forma linear, mas dialética, em meio a estes elementos há a coexistência dos setores “atrasados” e “modernos” na estrutura sócio-econômica do país. Essa coexistência não é vista por Florestan como resquícios de um passado em vias de superação, mas o espaço restante para qualquer cálculo racional por parte da burguesia interna. Isto é, transforma-se essa estrutura heterocrônica em elemento funcional à reprodução do capitalismo dependente, bem como, viabilizadora da superexploração da força de trabalho e das compensações necessárias em virtude da drenagem de recursos para o exterior.

(...) A dualidade estrutural gera uma margem de segurança que tem dupla função no processo de desenvolvimento dependente. De um lado, os circuitos de transferência de renda – da economia dependente para o exterior, dos setores “atrasados” para os “modernos”, e do campo para a cidade – oferecem uma série de compensações que neutralizam parcialmente os riscos de um meio interno extremamente adverso. O dualismo estrutural, nesse sentido, é um dos pré-requisitos para que as economias dependentes assimilem as revoluções tecnológicas difundidas do centro hegemônico. De outro lado, os mecanismos de transferência de renda – que repousam em última instância na superexploração da força de trabalho e na dilapidação dos recursos naturais do país – funcionam como um colchão amortecedor que protege setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica. A dualidade estrutural exerce, neste caso, a função de impedir que as transformações difundidas pelo centro provoquem a desestruturação dos setores que não têm condições de competir com os padrões de eficiência econômica que se propagam do centro capitalista (SAMPAIO JR, 1997, p. 156).

Percebe-se aqui que em Florestan os mecanismos de acumulação primitiva, como a superexploração, a depredação do meio ambiente e a dualidade estrutural são inerentes ao capitalismo dependente. Mas não como resposta automática aos impulsos do centro. Pelo contrário, reproduzindo as contradições da relação de dependência e subordinação graças às especificidades da formação nacional e da relação de classes estabelecida internamente. Não é apenas a relação

entre nações ou entre burguesias hegemônicas e dependentes, mas dominação externa e dominação interna, que impedem o capitalismo dependente de reproduzir-se e atender os anseios das burguesias que atende por outro caminho que não a superexploração da força de trabalho e a manutenção de um profundo vácuo social¹⁸.

(...) o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno com um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas (FERNANDES, 1973, p. 45).

As vantagens e aceitabilidade acima apontadas aos interesses estrangeiros no país permitem que, diante da crise do capitalismo capitalista, eles controlem ou, influenciem muito, a transição interna para o capitalismo monopolista. A emergência e a expansão do capitalismo monopolista se dá após 1950, com grade destaque para os governos militares (pós 1964). A decisão externa¹⁹ de converter o Brasil numa economia monopolista dependente e interna²⁰ de levar a cabo isso torna o país um pólo dinâmico do capitalismo monopolista na periferia. O Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses da classe que ele representa.

Assim, o capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo seu próprio caminho e destruindo estruturas arcaicas e/ou obsoletas. Mas vem de fora e preserva essas

18 “Com esta argumentação, recolocando as relações de classe no centro da constituição dos mecanismos próprios do capitalismo, tanto no seu desenvolvimento clássico, quanto na sua especificidade dependente, Florestan aponta dois aspectos decisivos para o processo de funcionamento e de continuidade da dependência: 1) a importância da burguesia local, que é parceira, ainda que como sócia menor e subordinada; 2) a exasperação das relações de classe internamente, caracterizadas pela sobre exploração e pela sobreexpropriação capitalistas do trabalho e da massa da população que não consegue nem mesmo acesso ao mercado ou sua permanência nele. A partir daí, a dependência fica definida com maior precisão nos termos desta sobreexploração capitalista” (LIMOEIRO, 1997, p. 04).

19 “De um lado, a 'decisão externa' de converter o Brasil numa economia capitalista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficiente para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento intrínsecos à grande corporação” (FERNANDES, 1976, p 256).

20 “(...) A base da 'decisão interna' não é somente econômica. (...)... ela envolve duas ilusões principais: 1.º) que a transição descrita tornaria possível resolver, através do capitalismo e dentro da ordem, os problemas econômicos, sociais e políticos herdados do período colonial e que surgiram ou se agravaram graças ao impasse criado pelo capitalismo competitivo dependente e pelo subdesenvolvimento; 2.º) que a depressão do poder econômico (com suas implicações políticas) da iniciativa privada interna e do Estado seria transitória, pois a transição descrita diluiria por sim mesma, dentro de um prazo relativamente curto, tanto as desvantagens do desenvolvimento capitalista dependente quanto as desvantagens da brusca elevação da influência estrangeira (FERNANDES, 1976, p.258-259).

estruturas. O capitalismo monopolista, para se desenvolver na periferia, tem de satelizar formas econômicas que permitiram o desenvolvimento da economia competitiva, isto é, fontes de acumulação originária de capital, de onde se extrai o excedente que financia a modernização.

A drenagem de recursos para o exterior se faz, agora, sob o efeito de bola de neve, atingindo e se apoderando do Estado e da iniciativa privada interna. É a fase que Florestan denomina de imperialismo total (FERANDES, 1976, p.273-4). Diferentemente do período anterior, em que havia um imperialismo mais restrito, agora a dominação externa se organiza a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, controlando desde o consumo de massa até a educação e a transplantação maciça de tecnologia. Assim, esgotam-se as possibilidades dessa economia dependente sobrepujar o subdesenvolvimento, uma vez que o mesmo é explorado por interesses tanto externos quanto internos (FERNANDES, 1973, p. 18-19).

A dominação externa produz uma especialização geral da nação como fonte de excedente econômico e acumulação de capital para as nações avançadas e para a manutenção dos privilégios da burguesia interna, produzindo: concentração de renda e prestígio nos estratos estratégicos à dominação externa, coexistência necessária e interdependente de estruturas econômicas, sociais e políticas de diferentes épocas históricas e exclusão de ampla parcela da população nacional da ordem econômica (FERNANDES, 1973, p. 20).

(...) a “sacralização” da propriedade transforma a ordem social competitiva em fonte exclusiva de privilégios para as classes dominantes. Seu argumento é o seguinte. Como a burguesia dependente só sobrevive se se houver mecanismos de transferência de renda que compensem a sua debilidade econômica, ela teme perder o único “capital” realmente eficaz para enfrentar os sobressaltos do desenvolvimento induzido de fora: a possibilidade quase ilimitada de manipular as condições socioeconômicas internas a fim de perpetuar a superexploração do trabalho e a dilapidação dos recursos naturais do país. Daí o estado psicossocial de verdadeiro “**medo pânico**” que toma conta das classes dominantes em relação a qualquer tipo de mudança social que possa representar alguma ameaça à perpetuação das estruturas da sociedade colonial. A existência de grandes desequilíbrios impede que se formem as condições objetivas e subjetivas necessárias para que a luta de classes seja guiada por uma lógica baseada na **busca do bem comum**. A impossibilidade estrutural de compatibilizar os interesses econômicos e políticos das classes privilegiadas e a aspiração de cidadania dos setores populares simplesmente inviabiliza o aparecimento de um espaço de entendimento entre as classes sociais (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 168).

Pelo exposto, fica claro que Florestan contrapõe interpretações dualistas rígidas. Para ele, formas de produção heterogêneas e anacrônicas são exatamente os pilares sobre os quais repousa o poder de manobra da burguesia interna, a drenagem de recursos (para o exterior, do campo para a cidade, do trabalho para o capital) e a capacidade de resposta a movimentos internacionais. Ou seja, a relativa estabilidade e o cálculo capitalista das burguesias brasileiras, onipotente internamente

(para impor sua vontade ao conjunto da população) e impotente para superar a subordinação, se dá graças a essa capacidade de explorar ao máximo os fatores econômicos disponíveis internamente. Daí a superexploração da força de trabalho e a dilapidação do meio ambiente como contingências históricas do desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 1981, p. 63-66).

(...) as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem. Elas vêem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidade de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizar a história como uma eterna façanha de dependência (FERNANDES, 1981, p. 101).

Isso posto, os limites trazidos pela constiuição do capitalismo dependente e as relações sociais inerentes, a revolução burguesa no Brasil transforma-se, na realidade, em um processo de contrarrevolução permanente. A necessidade de perpetuar os traços perversos acima apontados para a reprodução do capitalismo dependente cria uma barreira a avanços mais significativos para a classe trabalhadora, donde as burguesias, para manter seus mecanismos de expropriação e apropriação, devem necessariamente impedir o avanço de boa parte das utopias e elementos civilizatórios que as burguesias clássicas e atípicas portavam.

O desenvolvimento induzido em benefício dos pólos dinâmicos da expansão capitalista constitui na periferia uma organização social extremamente desigual, com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e que exclui a grande maioria de todos os direitos como se isso fosse natural. Uma burguesia assim constituída, que só reconhece direitos para si e para as burguesias às quais está subordinada, que não abre nem cede espaço para as demais classes se desenvolverem autonomamente como tais, para assim formarem em conjunto a “ordem social competitiva”, não se torna apenas tirânica. Além de exercer a tirania burguesa de forma crua, sem disfarces, tal burguesia não ganha forças para se contrapor às estruturas da dependência e assim poder exercer com plenitude a condição burguesa, isto é, com a autonomia que a especificidade dependente do capitalismo lhe impede. Por isso ela não consegue assumir localmente a revolução burguesa. Não lidera nem a revolução nacional nem a revolução democrática (LIMOEIRO, 1997, p. 05-06).

Para tal, a burguesia interna exerce, neste meio econômico débil, um controle político da mudança, transformando o Estado em seu aparato mas, principalmente, tendo que lidar a debilidade do capitalismo dependente e dos mecanismos puramente econômicos para manutenção do poder. A exigência de mecanismos extraeconômicos para a perpetuação do atraso leva à sobrepolitização da vida econômica.

A economia [dependente] oferece suportes demasiado fracos para imprimir plena vitalidade às instituições, padrões ideais de integração da ordem global e modelos organizatórios herdados. E ela própria sofre o impacto dessa debilidade, esvaziando-se socialmente de modo variável e desgastando-se como um dos focos centrais de coordenação ou de dinamização dos processos civilizatórios. Tudo isso quer dizer que a economia não conta com condições materiais e morais suscetíveis de imprimir às suas influências dinâmicas (integrativas ou diferenciadoras) o

caráter de processos organizados e encadeados autonomamente em escala nacional (FERNANDES, 1981, p. 157-8)

Ou seja, o desenvolvimento capitalista brasileiro é, em realidade, o desenvolvimento do capitalismo dependente, cuja revolução burguesa é específica (atrasada). Isso torna perene e funcional ao processo de acumulação em âmbito global e à autonomia das burguesias brasileiras a dupla articulação entre os setores “atrasado” e “moderno”, a superexploração da força de trabalho, a concentração social da renda, a dilapidação do meio ambiente, os laços de dependência e a articulação subalterna com o imperialismo.

(...) No capitalismo dependente a revolução burguesa se desenrola em um contexto externo e interno extremamente adverso, que restringe drasticamente a possibilidade de conciliar transformações capitalistas e integração nacional. O vácuo econômico, sociocultural e moral deixa a revolução burguesa a reboque de uma burguesia profundamente articulada ao imperialismo, para a qual é estratégico que se eternizem as articulações responsáveis pela reprodução da situação de dependência de subdesenvolvimento (SAMPAIO JUNIOR, 1997, p. 182-3).

Mais do que isso, essa estrutura constituiu-se na linha de menor resistência para as burguesias periféricas conseguirem, num só tempo, articular: transformações capitalistas e modernização de seus padrões de consumo com dominação sobre o conjunto da sociedade. Contudo, tal tarefa – assimilação das transformações capitalista - se faz via associação com o imperialismo, funcionalizando a dependência e transformando as estruturas anacrônicas em mecanismo maior para lidar com as interpéries do capitalismo vindas de fora. Com isso, capitalismo, democracia e soberania não são combinações típicas dos capitalismo dependentes. Dependência externa e profunda desigualdade interna, exacerbada pela superexploração da força de trabalho, tornam-se elementos essenciais à reprodução do capitalismo periférico.

3) Considerações Finais

De forma bastante sintética, quicá esquemática, o presente artigo objetivou, à luz principalmente dos elementos analíticos trazidos por obras de Florestan Fernandes, estimular o debate acerca da estreita relação existente entre a superexploração da força de trabalho no Brasil e o processo de Formação Nacional, entendido aqui como o longo processo de transição entre o Brasil Colônia e a consolidação do país como um capitalismo dependente.

Sem negar a influência e vicissitude dos interesses estrangeiros sobre a estrutura sócio-econômica do Brasil nas mais diversas fases do capitalismo, representados por relações de dependência mais estreitas com determinados países de acordo com o momento histórico do modo

de produção: Portugal (no período colonial), Inglaterra (neocolonial) e Estados Unidos (capitalismo monopolista), Florestan demonstra como o nosso passado colonial e escravocrata, o processo de formação do mercado de trabalho livre, a constituição do regime de classes e a particular revolução burguesa no Brasil se entrelaçam de modo a funcionalizar e perpetuar a superexploração.

Assim, dependência e superexploração aparecem em Florestan não como uma resposta autômata às contingências da reprodução ampliada de capital que as impõem de fora para dentro, mas como uma relação estrutural e historicamente constituída também a partir de dentro, impulsionando os interesses do capital estrangeiro, mas também, das burguesias dependentes, facilitado pela específica formação da classe trabalhadora brasileira.

Sob esta perspectiva, a estrutura heterocrônica passa de anomalia em vias de superação nos marcos do capitalismo a elemento primordial para o controle interno das burguesias dependentes na manutenção de seu status e padrões de consumo. Da mesma forma, os elevados níveis de superexploração da classe trabalhadora despontam como o mecanismo por excelência de reprodução do capitalismo dependente, forjado (ainda que com forte influência externa), internamente. A dupla articulação - dependência externa e segregação social – interagem então para perpetuar essa formação específica, os privilégios restritos e a pauperização. A depredação do meio ambiente e a miséria do grosso da classe trabalhadora se sedimentam como o padrão “normal” de desenvolvimento brasileiro.

4) Referências Bibliográficas

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARMINATI, Fábio. “As antinomias da transformação social: Florestan Fernandes e a construção do Brasil.”. In: **Primeiro Seminário Nacional Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT6%20online/EixoV/antinomias-FabioCarmati.pdf>
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- _____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- _____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. “Prefácio”. In: PRADO JR, Caio. **História e Desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LIMOEIRO, Míriam Cardoso. “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”. In: **Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanco do Debate: a transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SALAMA, Pierre. **A Abertura Revisitada: Crítica Teórica e Empírica do Livre-Comércio**. Atualidade do Pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a Mais-Valia Absoluta, 2005. Disponível em http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/a_abertura_revisitada_critica_teorica_e_empirica_do_livre-comercio@br.pdf

- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a Barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. “Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado”. **Tese de Doutorado**. Campinas: IE-Unicamp, 1997.
- _____. O impasse da “Formação Nacional”. In: FIORI, José Luis (org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis, Vozes, 1999b.
- SANTIAGO, Theo Araújo. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTIAGO, Theo Araújo. **Capitalismo, Transição**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Eldorado, 1975.
- SWEEZY, Paul .et all. **Do feudalismo ao Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo, Ática, 2006.
- WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.